



# SENADO FEDERAL

## PARECERES

### NºS 2.235 E 2.236, DE 2009

*Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2007, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT para dispor sobre a proteção do trabalho do idoso e dá outras providências.*

**PARECER Nº 2.235, DE 2009**  
**(Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)**

RELATOR: Senador **PAULO PAIM**

#### **I – RELATÓRIO**

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2007, que acrescenta o Capítulo IV-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instituída pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer normas de proteção ao idoso em seu ambiente de trabalho.

Em seu art. 1º, a proposição introduz capítulo na CLT, compreendendo sete artigos, que disciplina a jornada de trabalho do idoso, ali definido como a pessoa com mais de sessenta anos de idade. Institui, também, a obrigatoriedade da realização de exames médicos e de acuidade visual semestralmente e por ocasião de seu desligamento da empresa.

O projeto estabelece, ainda, a proibição de o idoso ser empregado em serviço que demande esforço muscular superior a vinte quilos, para o trabalho contínuo, ou vinte e cinco quilos, para o trabalho ocasional.

Determina, adicionalmente, que o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) reservarão cinco por cento das vagas de seus cursos de profissionalização para as pessoas idosas.

A proposição institui, também, multas pecuniárias a serem aplicadas pelas Delegacias Regionais do Trabalho no caso de descumprimento das obrigações previstas no novo capítulo da CLT.

Por meio do art. 2º, a proposição estabelece a entrada em vigor da nova lei na data de sua publicação.

Em sua justificação, a autora da proposição salienta que a medida proposta tem o objetivo de compatibilizar a legislação laboral brasileira com o que dispõe a Recomendação nº 162, de 1980, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e com a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, o Estatuto do Idoso. Este último diploma legal, observa a autora, já determina, em seu art. 26, que o direito do idoso ao trabalho precisa ser assegurado, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas.

A nobre autora da proposição ressalta que é dever do Estado estabelecer as condições em que o trabalho do idoso deve ser exercido, assegurando, assim, a igualdade de condições com os demais trabalhadores.

O Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2007, foi apresentado no dia 12 de junho de 2007, sendo distribuído a este colegiado e, em seguida, à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que deverá se manifestar em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

## II – ANÁLISE

Quanto à iniciativa, não há vícios que prejudiquem o projeto, tendo em vista que, de acordo com o art. 230, *caput*, da Constituição Federal, o Estado tem o dever de amparar as pessoas idosas. A União possui, portanto, competência para legislar sobre a matéria. A proposição tampouco apresenta óbices quanto à juridicidade e à técnica legislativa, inclusive no que concerne à observância do que dispõe a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No que se refere ao mérito, estamos diante de uma proposição que amplia e aprofunda os direitos da pessoa idosa no âmbito de sua inserção no mundo do trabalho. Como se sabe, o exercício de atividades laborais

constitui um elemento fundamental para o fortalecimento da auto-estima dos indivíduos e de sua inclusão social. Inúmeros estudos, promovidos por entidades especializadas, têm demonstrado que a efetiva inclusão no mundo do trabalho, em atividades compatíveis com suas condições físicas e psicológicas, proporciona às pessoas idosas melhores condições de vida e de saúde.

Estabelecer, por meio de aperfeiçoamento da legislação trabalhista, medidas que viabilizem a inclusão de um número maior de pessoas idosas no mundo do trabalho constitui medida cujo alcance vai além de seu caráter humanitário e de cumprimento da determinação, inscrita no art. 230 da Carta Magna, de garantir a dignidade e o bem-estar do idoso. Representa, também, iniciativa que contribuirá significativamente para preservar e transmitir às gerações mais novas a experiência e o conhecimento que essas pessoas acumularam ao longo de toda uma vida laboral, assegurando, em muitas empresas, o processo de aperfeiçoamento técnico e profissional.

Julgamos oportuno ressaltar que estamos tratando de um segmento populacional numeroso e crescente no conjunto da sociedade brasileira. Precisamos estar atentos à mudança no perfil demográfico do País. Em 1970, o percentual de pessoas com mais de 65 anos era de 3,1%. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), esse percentual chegará a 11,4% em 2020, correspondendo a um contingente de 25 milhões de pessoas em uma população total de 219,1 milhões de habitantes.

A sociedade brasileira tem dado mostras de amadurecimento no que se refere à inclusão social da pessoa idosa. É fundamental que esse movimento se amplie, estimulando-se, cada vez mais, a participação dos idosos no mundo do trabalho e o exercício pleno da cidadania.

Visualizamos, entretanto, um reparo formal a ser feito na proposição. Faz-se necessário alterar o art. 1º, onde se encontra equivocadamente grafado Capítulo VI-A, quando se trata, na realidade, de incluir, na lei a ser modificada, um Capítulo IV-A.

### III – VOTO

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2007, com a seguinte emenda:

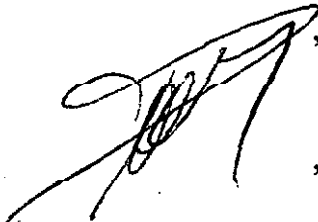
#### EMENDA Nº 1 - CDH


Dê-se ao art. 1º do PLS nº 315, de 2007, a seguinte redação:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte Capítulo IV-A:

.....

Sala da Comissão, 5 de junho de 2008.

, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2007

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 05/06/2008, OS SENHORES SENADORES

PRESIDENTE: <i>[Assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[Assinatura]</i>	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PR/PSB/PCDOB/PRB/PP)</b>	
FLÁVIO ARNS <i>[Assinatura]</i>	1 - SERYS SLHESSARENKO
FÁTIMA CLEIDE	2 - EDUARDO SUPICY <i>[Assinatura]</i>
PAULO PAIM <i>(RELATOR)</i>	3 - (VAGO)
PATRÍCIA SABOYA GOMES	4 - IDELI SALVATTI
INÁCIO ARRUDA	5 - MARCELO CRIVELLA
JOSÉ NERY (vaga cedida ao PSOL) <i>(PRESIDENTE)</i>	
<b>PMDB</b>	
LEOMAR QUINTANILHA	1 - MÃO SANTA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR <i>[Assinatura]</i>	2 - ROMERO JUCÁ
PAULO DUQUE	3 - ROSEANA SARNEY
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	4 - VALTER PEREIRA
GEOVANI BORGES <i>[Assinatura]</i>	5 - JARBAS VASCONCELOS
<b>BLOCO DA MINORIA (DEM/PSDB)</b>	
CÉSAR BORGES	1 - (VAGO)
ELISEU RESENDE	2 - HERÁCLITO FORTES
ROMEU TUMA <i>[Assinatura]</i>	3 - JAYME CAMPOS
GILBERTO GOELLNER	4 - VIRGÍNIO DE CARVALHO <i>[Assinatura]</i>
ARTHUR VIRGÍLIO	5 - MÁRIO COUTO
CÍCERO LUCENA <i>[Assinatura]</i>	6 - LÚCIA VÂNIA <i>[Assinatura]</i>
MAGNO MALTA <i>[Assinatura]</i>	7 - PAPALÉO PAES
<b>PTB</b>	
	1 - SÉRGIO ZAMBIASI
<b>PDT</b>	
CRISTOVAM BUARQUE	

**PARECER Nº 2.236, DE 2009**  
**(Da Comissão de Assuntos Sociais)**

RELATOR: Senador FLÁVIO ARNS

**I – RELATÓRIO**

Encontra-se sob exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2007, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instituída pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a proteção do trabalho do idoso. O projeto insere um novo capítulo IV-A na CLT, com 7 artigos, que:

- a) definem como idoso o trabalhador com mais de sessenta anos de idade;
- b) estipulam o número máximo de horas de trabalho por dia e por semana para os trabalhadores idosos, assim como as condições de prestação de horas extraordinárias;
- c) ordenam a subtração de 30 minutos da jornada quando exercida em condições penosas, perigosas ou insalubres;
- d) exigem a realização de exames médicos e oftalmológicos nos trabalhadores idosos, às expensas do empregador, a cada seis meses, e nas ocasiões de seu ingresso e de seu desligamento;
- e) estabelecem os limites de esforço permitido para o idoso em vinte quilos para o trabalho contínuo e vinte e cinco quilos para o trabalho ocasional;
- f) obrigam a reserva de 5% das vagas para idosos nos cursos de profissionalização especializada ministrados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); e
- g) impõem multas aos empregadores infratores.

Na justificção, a autora argumenta que a proposta nada mais é que a adequação da legislação do trabalho ao disposto na Recomendação nº 162, de 1980, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, o Estatuto do Idoso. Ambos os instrumentos afirmam o direito do idoso ao trabalho, direito que, para vigorar, exige normatização que contemple a especificidade do trabalhador idoso em relação aos demais trabalhadores.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

O Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2007, recebeu parecer favorável da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com uma emenda de redação apresentada pelo relator. A manifestação desta Comissão de Assuntos Sociais revestir-se-á de caráter terminativo.

## **II – ANÁLISE**

Assinalo, em primeiro lugar, a relevância da proposta em apreço. Acumulam-se as evidências da importância da atividade produtiva para a saúde e bem-estar do trabalhador de mais idade. De outro lado, a manutenção desses trabalhadores na produção importa, do ponto de vista da empresa, em ganhos derivados de sua experiência no trabalho e de seu papel na capacitação dos trabalhadores jovens, ainda inexperientes.

Em segundo lugar, é preciso lembrar que o segmento de idade superior a sessenta anos tem participação crescente no conjunto da população brasileira. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as pessoas de mais de 65 anos constituíam 3,1% do total de brasileiros em 1970. Em 2020 estima-se que venham a corresponder a 11,4% da população.

Em terceiro lugar, constato a adequação e pertinência da quase totalidade das medidas propostas face aos objetivos perseguidos. Afinal, o projeto define o trabalhador idoso; delimita uma jornada adequada a sua capacidade de trabalho; estabelece a jornada reduzida em caso de atividades penosas, insalubres ou perigosas; exige acompanhamento médico periódico; determina os limites de esforço físico permitido e penaliza os empregadores infratores. Forçoso é reconhecer que esse rol de dispositivos aponta problemas relevantes para o trabalho do idoso e oferece normas adequadas a sua proteção.

Considero, entretanto, que o mesmo não possa ser dito da exigência de reserva de 5% das vagas para idosos nos cursos profissionalizantes oferecidos pelo Senai, Senac, Senat e Senar, apesar da intenção evidente de prevenir a discriminação que o dispositivo revela. O número de cursos que esses quatro Serviços ofertam é grande e seu conteúdo extremamente diversificado. Boa parcela desses cursos têm como foco atividades profissionais restritas a trabalhadores jovens, atividades, inclusive, que, muitas vezes, demandam esforço físico superior ao estipulado pela proposta como condizente com a condição de idoso. Nesses casos, o cumprimento simultâneo da reserva de vagas e dos limites de esforço permitidos forçaria o não preenchimento das vagas reservadas aos idosos, em prejuízo de trabalhadores mais jovens que poderiam seguir aquele curso.

A título de exemplo, menciono cursos de direção defensiva para motoristas de caminhão que transportam produtos inflamáveis, atividade de alto risco, e que exige atuação ágil e imediata por parte do motorista em caso de acidente com possibilidade de derramamento de produto, incêndio ou mesmo explosão. Além dessa situação específica, onde é natural entender-se que o trabalho deva ser exercido por pessoa mais jovem, casos assemelhados existem nos mais diversos ramos de atividade, o que levaria para a ilegalidade as entidades de formação profissional que não cumprissem as cotas para alunos idosos em tais cursos. Ademais, as entidades do Sistema "S" já favorecem o acesso de pessoas idosas a cursos profissionalizantes, que possibilitem o exercício seguro da atividade por pessoas idosas.

O projeto não apresenta óbices no que diz respeito à constitucionalidade e juridicidade. No que toca à técnica legislativa, proponho a supressão da expressão "e dá outras providências" da ementa, até porque o projeto não faz mais que alterar a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a proteção ao idoso.

A emenda aprovada no âmbito da CDH, de caráter meramente formal, cuidou de corrigir a numeração do capítulo a ser inserido na CLT, erroneamente grafado como Capítulo VI-A no art. 1º da proposição.

### III – VOTO

Em razão do exposto, o parecer conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2007, e da Emenda nº 1 – CDH, com as seguintes emendas:

EMENDA - CAS

Suprima-se o art. 441-F do Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2007.

EMENDA - CAS

Suprima-se da ementa do Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2007, a expressão "e dá outras providências".

Sala da Comissão, 25 de novembro de 2009.

*Senadora Roseleli Brandão*, Presidente

*M. M. U.*, Relator



**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
**IV - DECISÃO DA COMISSÃO**

A Comissão de Assuntos Sociais, em reunião realizada nesta data, aprova o Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2007, com as Emendas nº 01 – CDH/CAS, nº 02 e nº 03 – CAS.

**EMENDA Nº 1 - CDH/CAS**

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 315, de 2007, a seguinte redação:

**Art. 1º** A Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte Capítulo IV-A:

.....


**EMENDA Nº 2 - CAS**

Suprima-se o art. 441-F do Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2007.

**EMENDA Nº 3 - CAS**

Suprima-se da ementa do Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2007, a expressão “e dá outras providências”.

Sala da Comissão, 25 de novembro de 2009.

  
Senadora ROSALBA CIARLINI  
**Presidente**

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 25/11/2009 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADORA ROSALBA CIARLINI

*Rosalia*

RELATOR: SENADOR FLÁVIO ARNS

SENADOR DO GOVERNO	SENADOR DO OPÓSTO
(vago)	1- (vago)
AUGUSTO BOTELHO (PT)	2- CÉSAR BORGES (PR)
PAULO PAIM (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	4- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
FÁTIMA CLEIDE (PT)	5- IDELI SALVATTI (PT)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	6- (vago)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	7- JOSÉ NERY (PSOL)
SENADOR DO GOVERNO	SENADOR DO OPÓSTO
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	1- LOBÃO FILHO (PMDB)
GILVAM BORGES (PMDB)	2- ROMERO JUCÁ (PMDB)
PAULO DUQUE (PMDB)	3- VALDIR RAUPP (PMDB)
(vago)	4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)
MÃO SANTA (PSC)	5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)
SENADOR DO GOVERNO	SENADOR DO OPÓSTO
ADELMIR SANTANA (DEM)	1- HERÁCLITO FORTES (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM)	2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)
FLÁVIO ARNS (PSDB)	5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6- MARISA SERRANO (PSDB)
PAPALÉO PAES (PSDB)	7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)
SENADOR DO GOVERNO	SENADOR DO OPÓSTO
MOZART DO CAVALCANTI	1- GIM ARGELIO
SENADOR DO GOVERNO	SENADOR DO OPÓSTO
JOÃO DURVAL	1- CRISTOVAM BUARQUE

(vago)				1- (vago)
AUGUSTO BOTELHO (PT)				2- CESAR BORGES (PR)
PAULO PAIM (PT)	X			3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	X			4- INÁCIO ARRUDA (PC do B)
FÁTIMA CLEIDE (PT)				5- IDELI SALVATTI (PT)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	X			6- (vago)
RENATO CASAGRANDE (PSB)				7- JOSÉ NERY (PSOL)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)				1- LOBÃO FILHO (PMDB)
GILVAM BORGES (PMDB)				2- ROMERO JUCÁ (PMDB)
PAULO DUQUE (PMDB)				3- VALDIR RAUPP (PMDB)
(vago)				4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)
MÃO SANTA (PSC)	X			5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)
ADELMI R SANTANA (DEM)				1- HERÁCLITO FORTES (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM)				2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)
EFRAIM MORAIS (DEM)				3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)				4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)
FLÁVIO ARNS (PSDB)	X			5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)				6- MARISA SERRANO (PSDB)
PAPALÉO PAES (PSDB)	X			7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)
MOZARILDO CAVALCANTI				1- GIM ARGELLO
JOÃO DURAL				1- CRISTOVAM BUARQUE

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 25/11/2009.

OBS.: O VOTO DO AUTOF DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESEÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

*Rosalba*  
Senadora ROSALBA CIARLINI (DEM) -  
PRESIDENTE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO EMENDAS Nºs 1-CDH – CAS PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2007  
2-CAS e 3-CAS

[illegible]

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: 4 SALA DAS REUNIÕES, EM 25/11/2009.

**ART. 132, § 8º - RISF)**

*Rosalba Ciarlina*  
Senadora ROSALBA CIARLINI (DEM)  
PRESIDENTE

**TEXTO FINAL**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2007**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2007**

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT  
para dispor sobre a proteção do trabalho do idoso.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte Capítulo IV-A:

**“CAPÍTULO IV-A**  
**DA PROTEÇÃO DO TRABALHO DO IDOSO**

**Art. 441-A.** Considera-se idoso para os efeitos desta Consolidação o trabalhador com mais de sessenta anos de idade.

*Parágrafo único.* As normas presentes nesta Consolidação aplicam-se ao trabalhador idoso, naquilo em que não colidirem com a proteção especial instituída neste Capítulo.

**Art. 441-B.** A jornada diária do trabalho do idoso é de oito horas diárias e poderá ser prorrogada:

I – mediante convenção ou acordo coletivo, nos termos do Título VI desta Consolidação, em até duas horas; independentemente de acréscimo salarial, desde que o excesso de horas em um dia seja compensado pela diminuição em outro, de modo a ser observado o limite máximo de quarenta e quatro horas semanais ou outro inferior legalmente fixado;

II – excepcionalmente, por motivo de força maior, até o máximo de doze horas, com acréscimo salarial de, pelo menos, cinquenta por cento sobre a

hora normal e desde que o trabalho do idoso seja imprescindível ao funcionamento do estabelecimento.

Parágrafo único. Em caso de prorrogação do horário normal, é obrigatório um descanso de trinta minutos, antes do período extraordinário do trabalho.

**Art. 441-C.** A jornada diária de trabalho, exercida em condições penosas, perigosas ou insalubres, sem prejuízo do acréscimo salarial, será reduzida em trinta minutos.

**Art. 441-D.** É obrigatório o exame médico do idoso, às expensas do empregador, na admissão, semestralmente e por ocasião de seu desligamento da empresa.

§ 1º Além dos exames de clínica médica, é obrigatório o de acuidade visual.

§ 2º O resultado dos exames médicos será comunicado ao trabalhador.

§ 3º Outros exames poderão ser exigidos, a critério médico, para a apuração da capacidade ou aptidão física e mental do empregado para a função que deve exercer.

**Art. 441-E.** É vedado empregar o idoso em serviço que demande o emprego de força muscular superior a vinte quilos, para o trabalho contínuo, ou vinte e cinco quilos, para o trabalho ocasional.

Parágrafo único. Não está compreendida na determinação deste artigo a remoção de material feita por impulsão ou tração de vagonetes sobre trilhos, de carros de mão ou quaisquer aparelhos mecânicos.

(**Art. 441-F.**) Pela infração de qualquer dispositivo deste Capítulo, será imposta ao empregador a multa de R\$ 300,00 a R\$ 3.000,00 aplicável pelas Delegacias Regionais do Trabalho ou por aquelas que exerçam funções delegadas.

§ 1º A penalidade será sempre aplicada no grau máximo:

a) se ficar apurado o emprego de artifício ou simulação para fraudar a aplicação dos dispositivos deste Capítulo;

b) nos casos de reincidência.

§ 2º O processo na verificação das infrações, bem como na aplicação e cobrança das multas, será o previsto no título "Do Processo de Multas Administrativas", observadas as disposições deste artigo."

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 25 de novembro de 2009

  
Senadora ROSALBA CIARLINI  
Presidente

## LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

### **DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943**

Vide texto compilado

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

.....  
Art. 441 - O quadro a que se refere o item I do art. 405 será revisto bienalmente. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)  
.....

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Mensagem de veto

Vide Decreto nº 2.954, de 29.01.1999

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

### **LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003.**

Mensagem de veto

Vigência

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

### **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....  
Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.  
.....

**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES  
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

Of. nº 328/09 - PRES/CAS

Brasília, 25 de novembro de 2009.

**Senhor Presidente,**

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2007, com as Emendas 01 – CDH/CAS, 02 e 03– CAS de 2009, que “Altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT para dispor sobre a proteção do trabalho do idoso”, de autoria da Senadora Lúcia Vânia.

**Atenciosamente,**

  
**Senadora ROSALBA CIARLINI**  
**Presidente da Comissão de Assuntos Sociais**

**Excelentíssimo Senhor  
Senador JOSÉ SARNEY  
DD. Presidente do Senado Federal  
SENADO FEDERAL**

Publicado no DSF, 05/12/2009.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF  
OS:19037/2009